



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Florestan Fernandes e a apreensão da contra-revolução brasileira*			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Roziane Ferreira da Silva Cerqueira</b>	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM/Campus Mucuri	Estudante (Economia)
COAUTOR 2			
<b>Rogério Fernandes Macedo</b>	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM/Campus Mucuri	Professor Ms. (Economia)
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Este artigo pretende se apropriar de parte da obra do sociólogo Florestan Fernandes para fortalecer a seguinte tese: o processo da revolução burguesa conservadora no Brasil se desdobra em duas etapas contra-revolucionárias. A primeira ocorre entre os anos 1964 e 1985. A segunda, desse ano até o presente momento.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Contra-revolução; Ditadura; Florestan Fernandes			
ABSTRACT			
This article intend to appropriate itself of the sociologist Florestan Fernandes work to consolidate the subsequent thesis: the brasilian bourgeois revolution unfolds in too counter-revolutionaries phases. The first occurred between 1964 and 1985 and the second occurred this last year until the present moment.			
KEYWORDS			
Counter-revolution; Dictatorship; Florestan Fernandes			

### Introdução.

A sociedade brasileira<sup>1</sup> nasce em meio ao processo de universalização do capital comercial<sup>2</sup>, como parte da acumulação primitiva<sup>3</sup>. Devido a essa particularidade, a objetivação do capitalismo no Brasil criou características distintas, em face da experiência dos países de revoluções radicais, em que pesem as formas históricas genéricas, presentes lá e cá<sup>4</sup>. Essas particularidades terão

\* Este artigo fora escrito por Rogério Fernandes Macedo e Roziane Ferreira da Silva Cerqueira: ele, professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni-MG – Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos, IBEC, São Paulo-SP – Pesquisador do Grupo Trabalho, Movimentos Sociais e Sociabilidade Contemporânea.- [rogeriof\\_macedo@yahoo.com.br](mailto:rogeriof_macedo@yahoo.com.br). Ela, Estudante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus do Mucuri, UFVJM, Teófilo Otoni-MG – Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos, IBEC, São Paulo - SP – [roziane\\_19@yahoo.com.br](mailto:roziane_19@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Em relação ao surgimento da sociedade brasileira ver: JUNIOR PRADO, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1970, 342p.; SODRÉ, Nelson Werneck: **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1968, 415p.

<sup>2</sup> Sobre o processo de universalização do capital ver: DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 482p.

<sup>3</sup> Sobre o processo da acumulação primitiva, ver capítulo XXIV de MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política do capital. Vol. I, Livro I, Tomo 2, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os economistas). p. 261-294.

<sup>4</sup> Para aprofundar leituras sobre a particularidade brasileira, ver: CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **A miséria brasileira**: 1964-1994 - do golpe militar à crise social, Santo André: Ad Hominem, 2000. p. 37-58. Para uma leitura mais resumida, ver: RODRIGUES, Maria Angélica Borges,. particularidade e objetivação do capitalismo. In. *Escrita Ensaio*, ano IV, nº 8, São Paulo: Escrita, janeiro, 1981, p. 69-80.

profundas reverberações na história do país. Aqui, ressalta sua influência determinante no processo de formação da burguesia e da revolução brasileira. Para Fernandes (1982), trata-se de

“(...) uma burguesia que teve uma de suas raízes no nexo estrutural entre a escravidão e a acumulação primitiva de capital, que tem de recorrer ainda hoje a certas modalidades pré-capitalistas de acumulação e que não rompeu (e nunca tentou decisivamente romper), com os laços visíveis e invisíveis da dominação indireta (por via do mercado mundial ou, mais tarde, da internacionalização das formas de produção) *não produz socialmente*, dentro e através de suas situações de classe, o impulso coletivo para as grandes reformas (ou revoluções encadeadas) que colocam o desenvolvimento do capitalismo no clímax da história das civilizações. Mesmo que esse impulso se configurasse, psicológica, cultural e socialmente, ela não contaria com base material suficiente para convertê-lo em realidade.” (FERNANDES, 1982, *grifos do autor*, p.108)

Portanto, é possível notar que no Brasil, em que dependência e subdesenvolvimento são dimensões subordinadas à esfera do imperialismo<sup>5</sup>, tal como denomina Florestan Fernandes, a burguesia, surgida do desumano processo de transbordamento das relações sociais miseráveis européias e que edificou uma forma extremamente bárbara de exploração da força de trabalho na colônia – a escravidão moderna – não está capacitada a empunhar as bandeiras da emancipação revolucionária civilizatória. Além disso, o processo de formação da burguesia no Brasil<sup>6</sup> estabelecerá em sua estrutura uma linha hierárquica rígida entre ela e suas congêneres imperialistas, redundante num cenário em que a ausência de “(...) autonomia para conduzir e completar a revolução nacional (...)”. (FERNANDES, 1975, p. 298) é uma constante.

Desta feita, conforme o sociólogo aqui abordado, a objetivação da burguesia e do capitalismo no Brasil ocorrerá em um momento histórico, cuja bandeira da emancipação sócio-política já não tem condições de ser hasteada às alturas das nuvens. Isso converterá o processo revolucionário nativo em uma experiência profundamente conservadora: “[...] As burguesias que só agora chegaram ao vértice de suas possibilidades - e em condições tão difíceis - viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário.” (FERNANDES, 1975, p. 295).

Sob tais condicionantes históricos, a produção e reprodução social da sociedade brasileira, consolidado o desenvolvimento das forças produtivas propriamente capitalistas<sup>7</sup>, transformarão o

---

<sup>5</sup> FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 413 p. Interessante notar que subdesenvolvimento e dependência são apreendidos por Florestan Fernandes como particularidades da experiência, não só brasileira, mas latinoamericana. Sobre isso, ver: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009. 151p.

<sup>6</sup> Sobre a formação da burguesia no Brasil, ler: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967a. 406p.

<sup>7</sup> Para uma apreensão mais detida deste processo, ver: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). 276p.

espaço nacional de rural-agrário em urbano-industrial. Ou seja, o Brasil se revolucionará e se aburguesará, tornando-se um país cuja produção se assenta na indústria, relativamente diversificada. Contudo, dessas transformações, transbordarão desdobramentos histórico políticos antidemocráticos, antipopulares, anticomunistas, antinacionais e pró-imperialistas, obstaculizando, em face da rigidez conservadora desses fatores condicionantes, os tímidos ganhos à classe trabalhadora proporcionados pela revolução burguesa.

Trata-se (LIMA FILHO, 2010), pois, a experiência revolucionária brasileira, em termos sintéticos, de uma *revolução burguesa conservadora*<sup>8</sup>. No interior desta, vige profunda dialética entre revolução e contra-revolução, em meio ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil: as forças sociais contra-revolucionárias estarão sempre presentes, acentuando o *traço conservador* do processo histórico revolucionário burguês. Nas ditaduras formais, tais forças e formas sociais se apresentam mais nitidamente, mesmo que acelere a revolução burguesa, tal como ensaiado no governo de Juscelino Kubistchek. Eis o objeto deste artigo, à luz das apreensões presentes na obra do sociólogo Florestan Fernandes.

### **A contra-revolução no Brasil.**

Sobre a apreensão da história pós-1964, Florestan Fernandes (1980) é categórico, demarcando com precisão o caráter contra-revolucionário da ditadura, autodenominado vantajosamente às forças sociais burguesas e conservadoras de “revolução institucional”. Em setembro de 1977, ele registra tal postura na conferência “Classes Sociais e Estado no Brasil”, proferida na cidade de Juiz de Fora: “O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe de Estado e em nome de ‘ideais revolucionários’, constitui, de fato, uma contra-revolução.” (FERNANDES, 1980, *grifos do autor*, p.113). Dois anos depois, em publicação na revista Versus, número 29, de fevereiro de 1979, o autor reforça sua convicção sobre a matéria:

“[...] não estamos diante de uma revolução, mas de uma contra-revolução (que, além do mais, é largamente planejada e programada), a qual se autoproclamou uma revolução (já que teve poder político, militar e legal para ir mais longe, autodeterminando sua ‘legitimidade’). (FERNANDES, 1980, p.155)

---

<sup>8</sup> A categoria Revolução Burguesa Conservadora está teoricamente mais delineada em: LIMA FILHO. Paulo Alves de. **Nuvens negras sobre a república:** o paraíso em trevas. Desafios à emancipação no Brasil. In: VII CONGRESO ARGENTINO CHILENO DE ESTUDIOS HISTORICOS E INTEGRACIÓN CULTURAL. Salta: Editorial de la Universidad Nacional de Salta - EUNSa, 25 a 27 de abril de 2007, Republica Argentina, ISBN N° 978-987-9381-80-9. 21p. Anais... CD-ROM. LIMA FILHO. Paulo Alves de. **El polvo de los mitos:** revolución y contra-revolución en los capitalismos de la miseria. 2010d. Disponível em: [http://www.argenpress.info/2009/12/el-polvo-de-los-mitos-revolucion-y\\_17.html](http://www.argenpress.info/2009/12/el-polvo-de-los-mitos-revolucion-y_17.html). Acesso em: 10-01-2011. 11p.

Essa realidade se edifica em um cenário histórico no qual a burguesia se defronta com uma tarefa essencialmente definidora de sua forma de ser, tal como segue: “A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo”. (FERNANDES, 1975, p.296). Essa tarefa vital fará surgir um comportamento político determinado, em face dos condicionantes conservadores internos e externos, fazendo com que as aspirações civilizatórias - à semelhança das revoluções radicais - estejam ausentes do processo da revolução brasileira, convertido no oposto do referencial mencionado. Nestas condições, “O *idealismo burguês* precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente.” (FERNANDES, 1975, *grifos do autor*, p.296). Situação a partir da qual se revela a faceta particular da burguesia brasileira e de seu padrão historicamente constituído de dominação conservadora, tal como segue:

“A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as ‘virtudes’ e os ‘defeitos’ e as ‘realizações históricas’ da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento.” (FERNANDES, 1975, *grifos do autor*, p.296).

De fato, delinea-se, na perspectiva do autor, uma república, em que vigora a autocracia burguesa, cuja essência está na

“[...] concentração de poderes, dissimulada e mistificada no plano institucional, mas posta em prática com a maior desenvoltura no plano do funcionamento do governo ‘republicano’. A militarização e a tecnocratização das estruturas e funções políticas do Executivo encobre ainda mais o processo, convertendo a autocracia em algo que pode ser denunciado [...], mas que não poder ser evitado ou superado pelos mecanismos automáticos de defesa do Estado. [...] Em suma, a uma democracia restrita corresponde, naturalmente, um Estado constitucional e representativo restrito (ou seja, uma república burguesa autocrática).” (FERNANDES, 1980, p.159-160).

Desta feita, o caráter contra-revolucionário do pós-1964 é determinado, conforme Fernandes (1980), por uma dialética entre aspectos internos e externos. Trata-se de uma contra-revolução que, com o golpe de Estado, não tinha por finalidade última proteger o país da afamada “ameaça”

comunista internacional. Essa justificativa ideologicamente mistificadora encobria o verdadeiro objetivo das forças sociais contra-revolucionárias, a saber, impedir

“[...] a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada*, que prometia não uma ‘democracia populista’ ou uma ‘democracia de massas’ (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras [...] contavam com crescente espaço político próprio.” (FERNANDES, 1980, *grifos do autor*, p.113).

Salienta-se aqui, pois, a força contra-revolucionária que se empenha na redução da democracia ao mínimo da formalidade estéril. Permitindo que a supracitada revolução institucional seja levada às “[...] ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditaduras de classe.” (FERNANDES, 1975, p.295). Isso porque, externamente, o golpe de Estado fez parte de um “[...] ciclo mais amplo, que levou a *guerra fria* e a doutrina do *desenvolvimento com segurança* do centro para a periferia do mundo capitalista.” (FERNANDES, 1980, *grifos do autor*, p.114). Assim, para o autor, o fator externo não só deu apoio às contra-revoluções em processo de cada país, como também “[...] levou para a periferia uma necessidade própria e urgente [...] de solapar e destruir a mudança política revolucionária que não pudesse ser contida ao nível dos interesses conservadores e reacionários.” (FERNANDES, 1980, p.114.). Impulsionada por forças sociais burguesas externas e nativas, a contra-revolução dedica atenção à manutenção da ordem capitalista, pois “Não estamos na era das ‘burguesias conquistadoras’. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção.” (FERNANDES, 1975, p.294)<sup>9</sup>. Este rumo se põe como um anteparo intransponível, pois as aspirações burguesas se concentram em, “[...] *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.*” (FERNANDES, 1975, *grifos do autor*, p.294). Isso faz com que o caráter político da revolução brasileira seja antinacional, antipopular, antidemocrático e pró-imperialista; tudo temperado com boa dose de violência institucionalizada.

A contra-revolução em marcha, sob o poder autocrático burguês, foi um obstáculo à trajetória ascendente da democracia burguesa de participação ampliada, a qual pressionara, notadamente sob a presidência de João Goulart (1961-1964), por conquistas sociais, políticas, econômicas e culturais,

---

<sup>9</sup> Sobre essa “outra direção” acima referida, convém ler a seguinte passagem: “Para a opinião dominante nos EUA (...) as aspirações universais de progresso econômico constituem movimentos profundamente subversivos da ordem social e do sistema de domínio internacional. São, por conseguinte, movimentos revolucionários que precisam ser subordinados, bloqueados e, se possível, aniquilados, a fim de que o sistema capitalista seja preservado.” (BARAN, 1972, p.58).

vinculadas aos trabalhadores. Estas caracterizariam, nos termos de Fernandes (1980) um regime democrático burguês de participação ampliada. Assim, em sentido diametralmente oposto, a contra-revolução - que também assegura à burguesia estrangeira uma maneira de manter sua hegemonia na região, precisamente em benefício da satisfação de suas necessidades - redundava em contenção das possibilidades transformadoras encetadas pelas classes subalternas em favor da nacionalidade. “Uma nação, que parecia preparar-se para a Revolução Burguesa em grande estilo [...] atinge subitamente, pelo que se convencionou chamar de ‘revolução institucional’ [...] um novo patamar histórico.” (FERNANDES, 1975, p.215-216). Trata-se da contra-revolução autocrática burguesa e todo o seu cortejo de relações sociais miseráveis sob o chicote da ditadura.

### **A transição “democrática”.**

Em 1985, o Brasil passou por um processo que ficou conhecido como redemocratização, entendido como o fim da ditadura iniciada em 1964. Não obstante, Florestan Fernandes (1982) aponta que esse processo foi marcado por especificidades, resultantes de uma transição outorgada pelas próprias forças da contra-revolução. “[...] a ‘abertura democrática’ é funcional para a ditadura na medida em que é necessário aos estratos estratégicos e dominantes da burguesia.” (FERNANDES, 1982, p.66).

De acordo com o autor (1982), a ditadura era uma forma necessária para a manutenção do poder autocrático burguês; portanto, mesmo que setores da burguesia estivessem descontentes com o núcleo militar no poder do Estado, precisavam dele para a manutenção defensiva de seu: o fim da ditadura não poderia deixar de representar a continuidade desse poder, o que justifica a lentidão, o gradualismo e a segurança. Esse problema foi concretamente equacionado como uma transição para “democracia forte”<sup>10</sup> que, para Fernandes (1982), significa:

“[...] uma variedade de república burguesa na qual a vigência de mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas não adquira muita saliência e tais mecanismos possam ser concentrados em certas funções do Estado, sem que a forma política de governo assuma o caráter explícito de ditadura e seja combatida como tal.” (FERNANDES, 1982, p.10).

Desse modo, foi possível, em 1985, após o fim da primeira etapa da contra-revolução, a manutenção de uma sociedade intensamente desigual, que permitiria uma maior acumulação de

---

<sup>10</sup> Democracia forte, que outrora foi denominado, por um dos mais elevados próceres da contra-revolução de 1964 – o general Leônidas Pires Gonçalves, ex-chefe do DOI-Codi do Exército no Rio de Janeiro (1974-1977) e Ministro do Exército (1985- 1990), de forma mais precisa como “democracia um pouco autoritária”. Ver entrevista: GONÇALVES, Leônidas Pires. **Dossiê** **Globo** **News**. Disponível em: <http://busca.globo.com/Busca/g1/?query=general+leonidas+pires+goncalves>. Acesso em: 14-11-2011.

capital pelas burguesias nacionais associadas às estrangeiras, sem o perigo de uma transformação política e social engendrada pela classe trabalhadora, no campo da revolução democrática burguesa. Finalmente, defende que a forma ditatorial da contra-revolução foi desfeita beneficiando a transição acima aludida, tal como segue:

“[...] o regime se despoja de alguns de seus traços e funções, mas incorpora outros e, o que é deveras relevante, pode preservar quase intocável seu núcleo de poder. Aí está o segredo da vitalidade do Sistema. Ele só não continua porque acumulou maior experiência e porque hoje desobedece friamente todos os limites da ousadia no manejo do aparato ‘legal’ e ilegal da ditadura”. (FERNANDES, 1982, p.11).

Florestan (1982) demonstra que a “abertura política”, gerenciada por frações da burguesia, não foi mais que uma maneira de manter o *status quo* vigente, porém agora com novos traços que tentam camuflar o autoritarismo atrás de um “regime democrático”: trata-se de uma transição ou liberalização outorgada. Assim, “Na verdade, a ‘política de abertura’ *cede para não dar* e o que ela oferece de palpável, de imediato e no futuro, nada tem de comum com o regime democrático exigido pelas transformações em processo da sociedade civil.”. (FERNANDES, 1982, *grifo do autor*, p.35).

Sendo a liberalização outorgada um aperfeiçoamento da ditadura, ela foi capaz de conceber, dentro de si, uma transição democrática tutelada a um regime político alternativo. Isso se explica, pois:

“[...] a burguesia, por sua aversão à revolução democrática e à revolução nacional e por seu pró-imperialismo crônico, está imantada em um quadro rígido de opções políticas e não pode lançar-se, com todas as suas forças, a uma verdadeira transição de ditadura para a democracia. [...] a “abertura democrática” é funcional para a ditadura na medida em que é necessária aos estratos estratégicos e dominantes da burguesia” (FERNANDES, 1982, p.66).

A apreensão teórica de Florestan (1980, 1982) possibilitou vislumbrar alguns dos fatores que contribuíram para a perda da pujança impetuosa da contra-revolução, forçando-a se empenhar na *transição tutelada*, como saída às suas contradições internas, auto-impostas e em processo de intensificação. Salta-se, pois, da forma ditatorial formal à outra, alternativa, sob o manto da democracia restrita. Nesta linha, defende o autor que foram cinco os principais determinantes desse desfecho conservador.

Em primeiro lugar, as contradições internas que orbitavam o núcleo civil-militar contra-revolucionário assentado no comando do Estado. De fato, o poder político deste se sustentava pela

sua capacidade de imantar os interesses das variadas burguesias nacionais e internacionais associadas, criando uma base política burguesa mantenedora e relativamente estável<sup>11</sup>. Com as mudanças históricas no cenário mundial e nacional, tais interesses citados foram se reconfigurando e aquele núcleo civil-militar se tornou incapaz de manter a estabilidade política, necessária à exploração capitalista no Brasil. “[...] as contradições internas e externas *minam* a articulação e o poder de controle relativo das forças contra-revolucionárias.” (FERNANDES, 1980, p.115). Assim, a forma política da ditadura formal tende a se desgastar, em que pese o fortalecimento das forças sociais contra-revolucionárias em meio à ascensão das mobilizações dos trabalhadores, no início dos anos 1980.

O segundo determinante foi o sistema de dois partidos. Com o campo político eleitoral dividido entre um partido da situação (ARENA) e um da oposição (MDB), mesmo que esse não representasse num primeiro momento uma ameaça ao funcionamento do regime ditatorial, com o passar do tempo as forças populares contrárias ao regime se concentraram em torno dele, único partido de oposição. A partir de então, o regime de dois partidos se tornou um inconveniente, na medida em que a ditadura se deparava com plebiscitos potencialmente ameaçadores ao seu poder. “O que ameaçou a ditadura não foi apenas o crescimento eleitoral do MDB: foi sua gradual mas firme transformação de partido de oposição consentida em partido de oposição real [...]” (FERNANDES, 1982, p.66)<sup>12</sup>. Para se safar deste imbróglio na tentativa de manter um quadro político autovantajoso, o núcleo civil-militar criou um regime de partidos ampliado, na perspectiva de gerar “[...] um partido alternativo *da situação* [...]” (FERNANDES, 1982, *grifo do autor*, p.28): capaz de continuar as tarefas da contra-revolução, pulverizando e/ou restringindo a organização política da classe trabalhadora, agora com diversas legendas partidárias legais no congresso.

O terceiro fator que influenciou a transição tutelada foi a contradição entre aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil e o controle fechado, exercido pelo núcleo civil-militar, precisamente porque

“A expansão e a diferenciação do regime de classes forjou uma realidade histórica nova, expondo a ditadura e seu Sistema a uma nova dimensão do

---

<sup>11</sup> Florestan Fernandes denomina esta união de interesses de classe em torno do núcleo civil-militar no comando do Estado brasileiro de “*União sagrada* dos interesses comuns das classes possuidoras. Por aí, conflitos setoriais ou foram relegados ou foram abafados: passou a primeiro plano a defesa da ‘propriedade privada’, da ‘iniciativa privada’, da ordem política e jurídica que garante a ambas etc., o que possibilitou a articulação de interesses burgueses dispares (internos e externos) e ofereceu uma base de classe bastante sólida para o uso da guerra civil com vistas ao bloqueio da revolução democrática.” (FERNANDES, 1980, p.118).

<sup>12</sup> Esta participação do MDB no jogo das forças políticas brasileiras é um fenômeno recente, diga-se, pós 1979. Tal fato pode ser apreendido em FERNANDES, Florestan. O governo Geisel e a contra-revolução. In.\_\_\_\_\_. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 155-164. Na ocasião, o intelectual defendia que a oposição, tanto a consentida quanto popular contestadora, padecia de uma consciência débil “[...] como se a contra-revolução tivesse se instalado dentro da consciência política da oposição alvos, valores e estruturas funcionais para reprodução do *status quo*.” (FERNANDES, 1980, p.163).



protesto operário e, o que era incontrolável sem endurecimento constante, a uma nova forma política de manifestação da luta de classes.” (FERNANDES, 1982, p.25).

Esta reconversão histórica, que diz respeito à nova situação objetiva da luta política de classe, abre à ditadura – a qual tenta forçar o amálgama entre *democracia restrita*, benéfica à minoria burguesa, e *democracia ritualística*, usurpadora dos direitos civis e políticos e malévola às maiorias trabalhadoras - uma preocupação demasiadamente profunda, qual seja: como ser automaticamente uma saída *capitalista* perfeita às demandas políticas surgidas no seio desta nova conjuntura? Especificamente, a ditadura “[...] deixava de ser automaticamente uma *resposta capitalista* às exigências políticas da situação histórica.” (FERNANDES, 1982, p.25).

Não à toa a atenção de Florestan Fernandes (1980) às movimentações dos - tal como ele denominava - operários de ponta do ABC, em que pese notória necessidade de vinculação desse movimento de massa à teoria revolucionária. Diria o autor: “A principal exigência, neste momento, parece ser a de introduzir conteúdo político socialista a essa pressão radical de massa.” (FERNANDES, 1980, p.285). E, com muita agudeza teórica, diz: “Um movimento trabalhista, ainda que muito forte, íntegro e autônomo, se não contiver um profundo conteúdo socialista revolucionário, irá acabar num reformismo e, quem sabe, até num oportunismo.” (FERNANDES, 1980, p.285). Só o tempo revelaria a verdade que subjaz essa assertiva.

O quarto ponto foi o “milagre econômico<sup>13</sup>” que reinsereu o país subalternamente na linha hierárquica de controle burguês internacional, exigindo um nível de exploração ainda “(...) mais cruel e completa que as anteriores, nascidas da dominação colonial direta e do *indirect rule*.” (FERNANDES, 1982, p.25). Justamente por isso, tinha um caráter extremamente predatório, precisamente porque as burguesias nacionais e estrangeiras eram as beneficiadas primordiais do crescimento econômico que o país apresentara, ficando a classe trabalhadora apartada do processo<sup>14</sup>. Quando tais contradições vieram à tona, a contra-revolução “[...] não podia dar uma resposta política frontal a este problema sem espatifar-se [...]”. (FERNANDES, 1982, p.25)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Para saber sobre o milagre econômico ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo**. Editora Bertrand Brasil S.A: Rio de Janeiro, 1987. 169p. SODRÉ, Nelson Werneck. **O governo militar secreto**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1987a. 163p. SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 133p.

<sup>14</sup> Sobre a contradição entre crescimento econômico e desenvolvimento Sodré dirá: “Crescimento econômico pode nada ter a ver com desenvolvimento: não há desenvolvimento quando o povo está marginalizado do crescimento econômico. Altas taxas de crescimento, por outro lado, possíveis sob condições concretas - como aquelas que o Brasil conheceu há alguns anos atrás - não importam em superioridade do modelo adotado ou imposto.” (SODRÉ, Nelson Werneck, 1987, p.16). Contribui também com essa questão: DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981. 814p.

<sup>15</sup> As forças contra-revolucionárias “[...] conheciam a natureza do ‘milagre econômico’[...]. Pela experiência reiterada, aprenderam que pode ‘gerar’ e ‘aquecer’ tal *milagre* por lapsos curtos de tempo. Em seguida, o desenvolvimento capitalista fica entregue à própria sorte e tem que obedecer aos ritmos e às limitações das nações receptoras. Tudo isso

Desta feita, tornou-se difícil resolver essas questões e ao mesmo tempo manter a hegemonia burguesa no Brasil, tal como fora delineada.

O quinto e último determinante do desgaste da contra-revolução de 1964, que impôs a ela a busca de uma forma alternativa - sob a democracia restrita - para manter a estabilidade e a satisfação das necessidades das burguesias nativas e internacionais, foi (FERNANDES, 1982) o aprofundamento da crise mundial de 1970. Ela atingiu a todos os países e os inseriu em um quadro de crise prolongada<sup>16</sup>, cujas dimensões não serão aqui apontadas. Sobre a particularidade brasileira, impactou, de igual modo, pois a burguesia contra-revolucionária se deparava com a perda do apoio das forças imperialistas, agora envolvidas em desvencilhar-se da crise. Sobre isso, Florestan (1982) apresenta a seguinte ponderação: “(...) em um contexto de internacionalização da economia e do sistema de poder do capitalismo, até aonde pode chegar uma burguesia dependente e associada em uma conjuntura de crise estrutural mundial das nações capitalistas centrais.” (FERNANDES, 1982, p.25). Em face dessa reflexão, argumenta o intelectual:

“A depressão atingiu, em maior ou menor grau, todas as nações que desempenharam funções estratégicas na incorporação, na modernização tecnológica, na ‘transferência de capital’, na industrialização maciça, etc., da economia e da sociedade brasileira. E os seus efeitos destrutivos, foram ampliados e agravados pela especulação financeira internacional com o petróleo. A ditadura ficou politicamente manietada porque ela não podia saltar sobre esse obstáculo sem algum tipo de ruptura com o imperialismo.” (FERNANDES, 1982, p.26-27).

Os fatores acima referidos articulam um cenário para o qual a grande solução é a transição tutelada: disso decorre o fato dela ser tão controlada pelas forças sociais contra-revolucionárias de 1964, as quais, embora sob os determinantes acima enumerados, abocanharam mais fôlego histórico, alongando sua estadia no poder, sob outra forma política. A retirada estratégica do núcleo militar no poder faz parte dessa nova forma política no seio da democracia restrita. Sobre isso, tem-se que

“Se a contra-revolução não se recuperou, ela ganhou um novo alento, mais tempo para desdobrar a reciclagem do regime e maior espaço político para adaptar-se às condições atuais, nascidas de um quadro mundial novo e de

---

mostra uma realidade complexa. O ‘milagre econômico’, como fenômeno típico e tópico nunca ‘vem para ficar’.” (FERNANDES, 1980, p.120-121).

<sup>16</sup> Sobre a crise supracitada, ver: MAGDOFF, Harry e SWEEZY, Paul. **O fim da prosperidade**: a economia americana na década de 1970. São Paulo: Campus, 1978. 152p.; MANDEL, Ernest. A crise das relações de produção capitalistas. In.: \_\_\_\_\_. **O capitalismo Tardio**. Abril Cultural. São Paulo: 1982. p. 393-410.; MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Parte 03, São Paulo: Boitempo: 2009. 1104p.

uma situação interna diferente. Um regime que poderia sucumbir rapidamente ganhou, não obstante, meios de sobreviver, preservando certas estruturas ou certas funções essenciais e conquistando uma potencialidade de manobra que não possuía antes.” (FERNANDES, 1980, p.161).

De posse das condições adequadas, as forças da contra-revolução moldam a democracia restrita à sua imagem e semelhança. Sob tal perspectiva, “Tenta-se evoluir para um ‘Estado de direito’ que gradue a democracia e submeta a Nação às exigências conservadoras e reacionárias das classes burguesas, pela mediação das ‘salvaguardas do Estado’.” (FERNANDES, 1980, p.161). Assim, tem-se que os determinantes externos e internos colocaram às forças ditatoriais o desafio da mudança e elas responderam à altura da tarefa histórica. Intrigantemente, portanto, a “[...] *liberalização outorgada* não é um sintoma de ‘crise final’ mas uma demonstração de tenacidade que evidencia os limites naturais de desenvolvimento da república institucional” (FERNANDES, 1982, p.26). Com ela, as burguesias realizaram: “[...] o aperfeiçoamento do regime ditatorial vigente, sem maiores riscos para as posições que galgaram (ou lograram manter) na sociedade civil e no controle direto ou indireto do aparelho do Estado”. (FERNANDES, 1982, p.22). No âmago do aparente desgaste da contra-revolução de 1964, ela retroage sobre sua forma política formalmente ditatorial e, para o benefício da continuidade do poder autocrático burguês, mistifica o cenário político ulterior: nesta empreitada, “A perversão da razão capitalista foi tão longe, que se torna natural que ela confunda ‘institucionalização do regime’ com ‘abertura política’, ‘democracia relativa’ e, mesmo, ‘democracia plena’”. (FERNANDES, 1980, p. 125-126).

### **Considerações finais.**

O que desabrochou desta transição tutelada pelas forças da contra-revolução foi determinada democracia burguesa. No que tange ao seu aspecto mais universal, sob o sistema de produção do capital, ela é definida por Florestan Fernandes (1982) da seguinte maneira:

“[...] uma forma política que regula a participação política desigual das classes sociais no controle dos interesses coletivos da Nação e legitima a luta de classes como fator dinâmico da articulação da sociedade política (ou do Estado) com as aspirações ou pressões da sociedade civil.” (FERNANDES, 1982, p.09).

Este universal se particularidade no interior da *transição tutelada* a partir do momento em que a burguesia contra-revolucionária envolvida com os desdobramentos de 1964 organiza a passagem à democracia. Nela, “O fantástico Estado de direito é ressuscitado. Ele não conta com um

Bismark nem com uma nobreza prussiana. Porém, a própria burguesia absorve todos os papéis possíveis: ela risca o talhe da sociedade política e, portanto, produz a *democracia* de que necessita.” (FERNANDES, 1980, *grifo do autor*, p.126). Portanto, no Brasil, a democracia burguesa a que se alcança é expressão do conservadorismo da contra-revolução; como tal, trata-se de uma falácia, pois em “[...] nome da liberdade, ela cassa a liberdade dos trabalhadores; em nome da igualdade dos cidadãos, impõe a supremacia social da burguesia; em nome da representação, consagra no monopólio o poder pelas elites dirigentes das classes dominantes” (FERNANDES, 1982, p.09).

Registra-se aqui que esta democracia conservadora e restrita constitui uma das linhas de continuidade da contra-revolução levada a cabo pelas forças vencidas na revolução de 1930 e vitoriosas em 1964. Após 1985, as determinações e dinamismos conservadores da ditadura se autoprojetam ao período democrático, delineando seu caráter restrito e falacioso. Tais fatores e características se estendem até o presente momento, pelo que se pode sustentar a seguinte convicção: após 1985, abre-se nova etapa contra-revolucionária no processo brasileiro. Dentro dela, as tarefas inconclusas do primeiro período contra-revolucionário (1964-1985) serão realizadas com esmero, pela adoção das posturas neoliberais.

Portanto, a revolução burguesa conservadora no Brasil se desdobra em duas grandes etapas contra-revolucionárias, mais ou menos bem demarcadas: de 1964 à 1985 e deste ano até o presente momento. Por hora, ficam os contundentes elementos presentes na obra de Florestan Fernandes que corroboram esta convicção. Relegado ao futuro, fica o compromisso de estender e aprofundar o conjunto desta argumentação, evidenciando as linhas de continuidades entre as etapas acima aludidas.

### **Bibliografia.**

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**, 3.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 399p.

CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **A miséria brasileira: 1964-1994 - do golpe militar à crise social**, Santo André: Ad Hominem, 2000. p. 37-58.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 482p.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981. 814p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais). 413p.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. 293p.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009. 151p.

GONÇALVES, Leônidas Pires. **Dossiê Globo News**. Disponível em: <http://busca.globo.com/Busca/g1/?query=general+leonidas+pires+goncalves>. Acesso em: 14-11-2011.

LIMA FILHO. Paulo Alves de. **Nuvens negras sobre a república: o paraíso em trevas**. Desafios à emancipação no Brasil. In: VII CONGRESO ARGENTINO CHILENO DE ESTUDIOS HISTORICOS E INTEGRACIÓN CULTURAL. Salta: Editorial de la Universidad Nacional de Salta - EUNSa, 25 a 27 de abril de 2007, Republica Argentina, ISBN N° 978-987-9381-80-9. 21p. Anais... CD-ROM.

LIMA FILHO. Paulo Alves de. **El polvo de los mitos: revolución y contra-revolución en los capitalismos de la miseria**. 2010. Disponível em: [http://www.argenpress.info/2009/12/el-polvo-de-los-mitos-revolucion-y\\_17.html](http://www.argenpress.info/2009/12/el-polvo-de-los-mitos-revolucion-y_17.html). Acesso em: 10-01-2011. 11p.

MAGDOFF, Harry e SWEEZY, Paul. **O fim da prosperidade: a economia americana na década de 1970**. São Paulo: Campus, 1978. 152p.

MANDEL, Ernest. A crise das relações de produção capitalistas. In.: \_\_\_\_\_. **O capitalismo Tardio**. Abril Cultural. São Paulo: 1982. p. 393-410.

MARX, Karl. A acumulação primitiva de capital. In: \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política do capital**. Vol. I, Livro I, Tomo 2, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os economistas). p. 261-294.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Parte 03, São Paulo: Boitempo: 2009. 1104p.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1970, 342p.

RODRIGUES. Maria Angélica Borges,. Particularidade e objetivação do capitalismo. In. *Escrita Ensaio*, ano IV, nº 8, São Paulo: Escrita, janeiro, 1981, p. 69-80.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967a. 406p.

SODRÉ, Nelson Werneck: **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1968, 415p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo**. Editora Bertrand Brasil S.A: Rio de Janeiro, 1987. 169p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O governo militar secreto**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1987a. 163p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 133p.